

## **REDES SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma caracterização do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) Portal do Sertão**

SOCIAL NETWORKS AND SOLIDARITY ECONOMY: A characterization of the Public Center for Solidarity Economy (CESOL) Portal do Sertão

Amanda Goes dos Santos

[amandagoes.geo@gmail.com](mailto:amandagoes.geo@gmail.com)

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana – Bahia - Brasil

Submetido em 28 de julho de 2021

Aceito em 25 de agosto de 2021

### **Resumo**

O Centro Público de Economia Solidária (CESOL) é a materialização da política pública adotada pelo governo baiano para fortalecer o segmento de economia solidária. São espaços que dão suporte a associações, cooperativas e grupos de produção. No qual ocorrem as ações de articulação, intercâmbio de saberes e formação, além de espaços alternativos de comercialização. (SETRE). Neste trabalho, deu-se enfoque ao CESOL-Portal do Sertão localizado no Território de Identidade do Sisal na Bahia. Este por sua vez, atua de forma direta com as redes sociais (associações, cooperativas, grupos de produção e outras organizações coletivas), pois atua disponibilizando assistência técnica, gerencial e produtiva a estes grupos, formação referente ao manuseio de máquinas, formas de gestão e comercialização, bem como a importância da valorização das potencialidades locais e geração de trabalho e renda.

**Palavras-chave:** CESOL; Economia Solidária; Rede Sociais.

### **Abstract**

The Public Center for Solidarity Economy (CESOL) is the materialization of the public policy adopted by the Bahian government to strengthen the solidarity economy segment. These are spaces that give support to associations, cooperatives, and production groups. There, actions of articulation, exchange of knowledge and formation take place, besides alternative spaces

for commercialization. (SETRE). In this work, the focus is on the CESOL-Portal do Sertão, located in the Sisal Identity Territory in Bahia. This, in turn, acts directly with the social networks (associations, cooperatives, production groups and other collective organizations), as it provides technical, managerial and productive assistance to these groups, training in the handling of machinery, forms of management and marketing, as well as the importance of valuing local potential and generating jobs and income.

**Keywords: CESOL; Solidarity Economy; Social Networking**

## Introdução

As redes são “linhas que se relacionam e se entrecruzam pelos nós e têm como finalidade o transporte e a circulação de fluxos, tanto materiais como imateriais, pelo território” (CUNHA, 2002, p. 265). A distribuição das redes não se dá de forma homogênea, portanto ela é desigual. A existência ou não dela, pode incluir ou excluir. Nesse sentido, as redes sociais surgem por meio de grupos excluídos ou marginalizados que objetivam um bem em comum. Podem ser exemplos desse tipo, grupos de produção, associações, e cooperativas. A economia solidária surge no Brasil em um contexto marcado pelo baixo dinamismo socioeconômico e altas taxas de desemprego, de maneira que começa a ganhar espaço no país, uma vez que esta surge com a proposta diferenciada de organizar e produzir, pautada em princípios como a autogestão e solidariedade (SINGER, 2002). No estado da Bahia com a adoção de políticas públicas de fomento à economia solidária foi constituído o Centro Público de Economia Solidária - CESOL, uma política pública materializada com o objetivo de garantir a melhoria dos empreendimentos de economia solidária em todas as etapas, desde a produção à comercialização. Atualmente, existem quinze sedes do CESOL, localizados em diferentes Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Objetivamos através do artigo caracterizar as ações do CESOL - Portal do Sertão e sua relação com as redes sociais, assim, este trabalho é de suma importância por fazer uma análise dessa política pública do governo do estado da Bahia e identificar se de fato tem se materializado como é proposta, bem como se traz repercussões efetivas no espaço baiano.

As atividades que possibilitaram a realização desse trabalho foram articuladas.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos envolvidos na temática central, a saber: redes e redes sociais, com os autores CUNHA (2002), DIAS (1995), CORRÊA (2011), SCHERER-WARREN (1999), políticas públicas com HOFLING (2011) e BONETI (2007) e economia solidária com SINGER (2002) e SINGER E SOUZA (2002).

### **Breve discussão sobre Redes e Redes Sociais, Políticas Públicas**

#### **Redes e Redes Sociais**

O conceito de rede foi e ainda é bastante discutido por diversas áreas de conhecimento, por este motivo, a polissemia do termo dá lugar a interpretações errôneas no que se refere ao seu conceito.

Dentro da própria Geografia, as redes apresentam-se a partir de diferentes definições e perspectivas, a exemplo das redes hidrográficas, redes de coordenadas geográficas e redes urbanas. Para Cunha (2002, p. 265) as redes são “linhas que se relacionam e se entrecruzam pelos nós, têm como finalidade o transporte e a circulação de fluxos, tanto materiais como imateriais, pelo território”. A rede é portanto, um instrumento que possibilita duas estratégias, a saber: circular e comunicar. (DIAS, 1995). Ou seja, viabiliza a circulação e comunicação de informações, pessoas, capital, mercadorias, dentre outros.

A existência ou não de uma rede em determinado espaço tem a potencialidade de solidarizar ou excluir. Aos excluídos de serviços básicos como educação, saúde ou transporte público de qualidade por exemplo, tem-se a possibilidade de unir-se socialmente em torno de um bem comum, constituindo assim as redes sociais. Estas surgem como uma estratégia de ação coletiva por meio dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24).

Assim, as redes sociais se configuram como agentes capazes de propor repercussões efetivas no espaço, por meio da participação social organizada através de sindicatos, cooperativas e associações por exemplo.

### **Políticas Públicas**

As políticas públicas são entendidas aqui como a maneira em que o Estado age por meio de ações, programas e projetos com a finalidade de alterar algo na sociedade, nos mais variados âmbitos, saúde, educação e economia. O Estado além de atuar como mediador entre os mais variados interesses e agentes no processo de elaboração das políticas públicas, ele é responsável também por geri-las. Vale destacar ainda, que o Estado pode atuar em parceria com outras entidades e órgãos para executar ações. (HOFLING, 2001).

De acordo com Boneti (2007) toda política pública surge de uma ideia inicial, demanda ou proposta, e são fundamentadas por meio de bases teóricas ou de determinadas concepções de sociedade, influenciadas pelo contexto histórico e social. Cada momento histórico produz, alicerçado na inter-relação entre a cultura, a produção econômica e os interesses das classes dominantes, ideologias que influenciam de forma direta na elaboração e execução das políticas.

Num cenário de conflitos de interesses, ideologias e objetivos numa sociedade, o Estado atua como “mediador” dessas forças. E o resultado desta mediação é que dá origem as políticas públicas, ou seja, estas são elaboradas por meio da correlação de forças de diferentes agentes, como o Estado, as organizações civis e empresas.

### **Economia solidária**

De acordo com SINGER (2002) a economia solidária é um modo alternativo de produção, organização e distribuição, criado e recriado periodicamente pelos que estão (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho, e é baseado em princípios como a autogestão e solidariedade. Pode-se dizer que é um modo de organização que se caracteriza

pela autonomia de cada unidade e igualdade dos envolvidos. Os autores Singer e Souza (2000, p. 13) acrescentam:

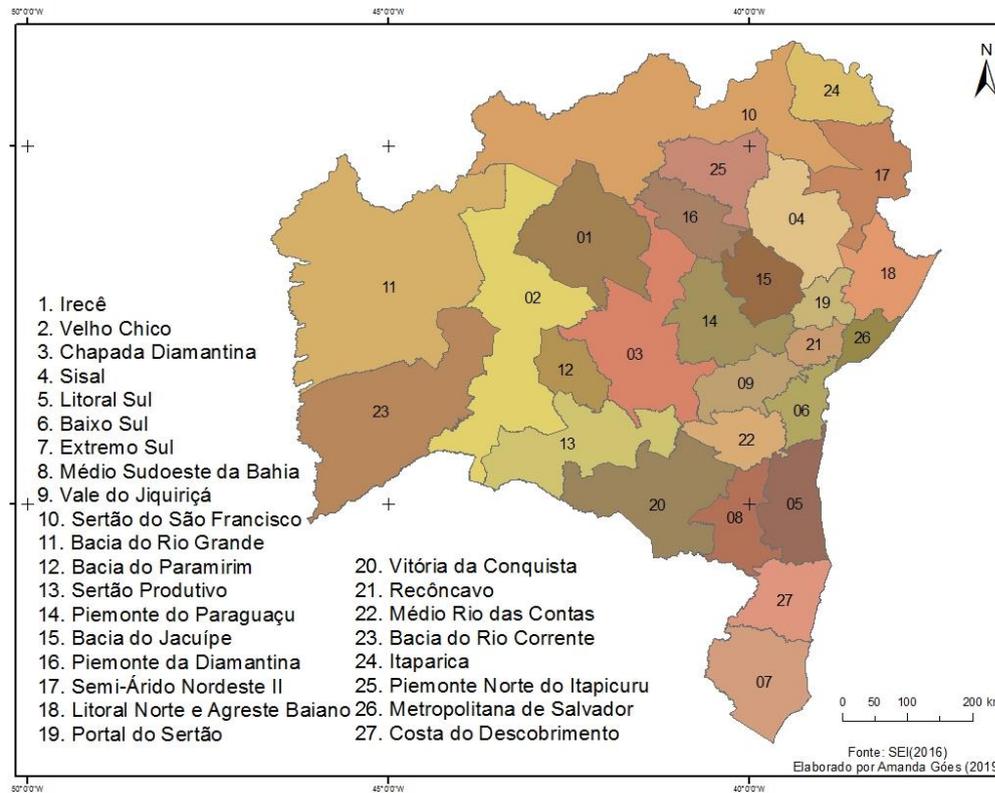
[...] a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. (SINGER; SOUZA, 2000, p.13).

De acordo com a lei nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011 no Art. 2º, a economia solidária é considerada um conjunto de iniciativas que visa a organizar a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, em consonância com princípios e práticas que lhe são característicos.

Como foi visto, as políticas públicas são estratégias e ações desenvolvidos pelo Estado para atender a determinados setores da sociedade civil. Neste contexto, iremos tratar sobre a materialização de uma política pública adotada pelo governo baiano, com o objetivo de fortalecer e fomentar a economia solidária no estado, através da criação e instituição dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL).

Nesse contexto, vale destacar que o estado da Bahia a partir de 2007 ganha uma nova perspectiva, baseada em um viés territorial, o qual valoriza a participação social. O estado em questão foi delimitado em 27 Territórios de Identidade a partir das características de coesão social, econômica e política entre os municípios. (DIAS, 2016).

**Figura 01:** Mapa de localização dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.



Dentro da política territorial da Bahia, os Territórios de Identidade foram adotados como unidades de planejamento para a elaboração e execução das políticas públicas.

Na Bahia, no contexto de instalação, em 2007, de um governo estadual com um perfil democrático e popular, que valoriza os movimentos sociais, foi criada de forma inovadora a Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). Sua criação resultou de uma manifestação encaminhada por carta do Fórum Baiano de Economia Solidária ao recém-eleito governador, Jaques Wagner, reivindicando a criação de uma esfera institucionalizada no estado para assumir a responsabilidade de implementar uma política estadual de apoio e fomento à economia solidária na Bahia (OLIVA, 2009, p. 49)

Dentre as leis que amparam a Economia Solidária na Bahia, destacam-se as leis: 11.362 de 26 de janeiro de 2009, na qual instituiu a Política Estadual de apoio ao Cooperativismo; objetivando o incentivo da atividade cooperativista para o seu desenvolvimento no Estado da Bahia; Fomento e apoio a constituição, consolidação e a expansão de cooperativas no Estado; Estímulo a captação e a disponibilização de recursos financeiros destinados a apoiar ações desta Política; Apoio a técnica e operacionalmente, o cooperativismo no Estado, promovendo as parcerias necessárias ao seu desenvolvimento. (BAHIA, 2009).

Somente em 08 de agosto de 2011, o decreto 13.148 que regulamentou a Política Estadual de apoio ao cooperativismo, instituída pela lei nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009. Esta “consiste num conjunto de princípios, diretrizes, regras e ações para incentivo, fomento, estímulo e apoio à atividade cooperativista no Estado.” (BAHIA, 2011, p. 01).

Em 13 de dezembro de 2011, cria-se a Política de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Economia Solidária por meio da Lei 12.368, que consiste diretamente no fortalecimento da Economia Solidária e a sua sistematização. (BAHIA, 2011). A economia solidária ganhou espaço no estado da Bahia e isto foi evidenciado a partir da quantidade de leis e decretos que foram instituídos voltados a temática em questão.

### **Centro Público de Economia Solidária (CESOL)**

A partir de 2003 a economia solidária começa a ganhar espaço no Brasil, marcado principalmente pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE em 2007. Neste contexto, o Estado da Bahia institui a Superintendência de Economia Solidária – SESOL na Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte – SETRE e a Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEGRI. (SETRE).

E é neste contexto de maior repercussão da economia solidária na escalas de ação do governo federal e estadual que os Centros Públicos de Economia Solidária foram instituídos.

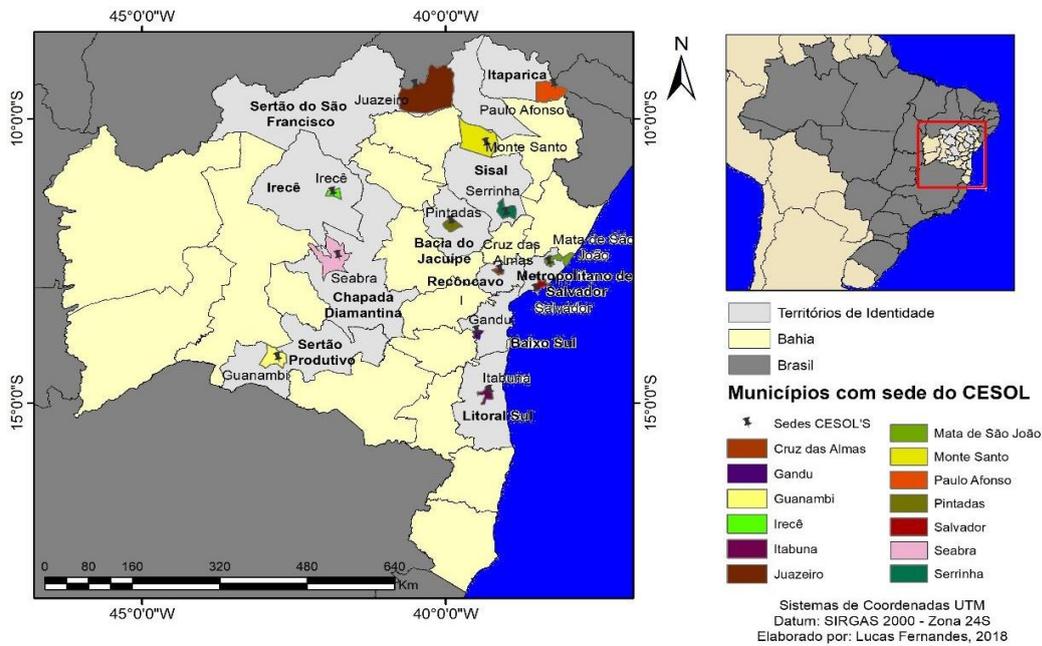
O Centro Público de Economia Solidária (CESOL) é a materialização da política pública adotada pelo governo baiano para fortalecer o segmento de economia solidária. São espaços que dão suporte a associações, cooperativas e grupos de produção. No qual ocorrem as ações de articulação, intercâmbio de saberes e formação, além de espaços alternativos de comercialização. (SETRE, s/d).

Os CESOL's funcionam a partir da articulação entre o Governo do Estado e a sociedade civil organizada, além do suporte da Secretaria do Trabalho Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia - SETRE, pautada na Lei 10.549/2006, dando assistência aos coletivos organizados do Estado da Bahia, objetivando articular oportunidades de geração, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo baseado na economia solidária. (SETRE, s/d).

A prestação de serviços voltados a organizações solidárias, suporte e apoio os empreendimentos e iniciativas de economia solidária, pautados na geração de trabalho e renda estão entre as demandas amparadas pelos Cesol's, dentre os serviços propiciados destacam-se a assistência técnico-administrativa, comercial, contábil e jurídica (legalização, orientações previdenciárias e trabalhistas e normatização técnica para os produtores), qualificação em economia solidária, associativismo e cooperativismo; desenvolvimento de técnicas comerciais e de comércio justo e solidário; desenvolvimento e uso de tecnologias associadas, entre outros. (OLIVA, 2009).

Foram implantados na Bahia quinze Centros Públicos de Economia Solidária distribuídos em treze territórios de identidade. (Figura 02) Três deles estão localizados no Território de Identidade Metropolitana Salvador e os outros doze, estão localizados nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe, Chapada Diamantina, Irecê, Itaparica, Litoral Norte, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Piemonte Norte de Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Sertão Produtivo, Sertão do São Francisco.

**Figura 02:** Localização das sedes do CESOL na Bahia.



Fonte: SIG Bahia (2012); SEI (2017).

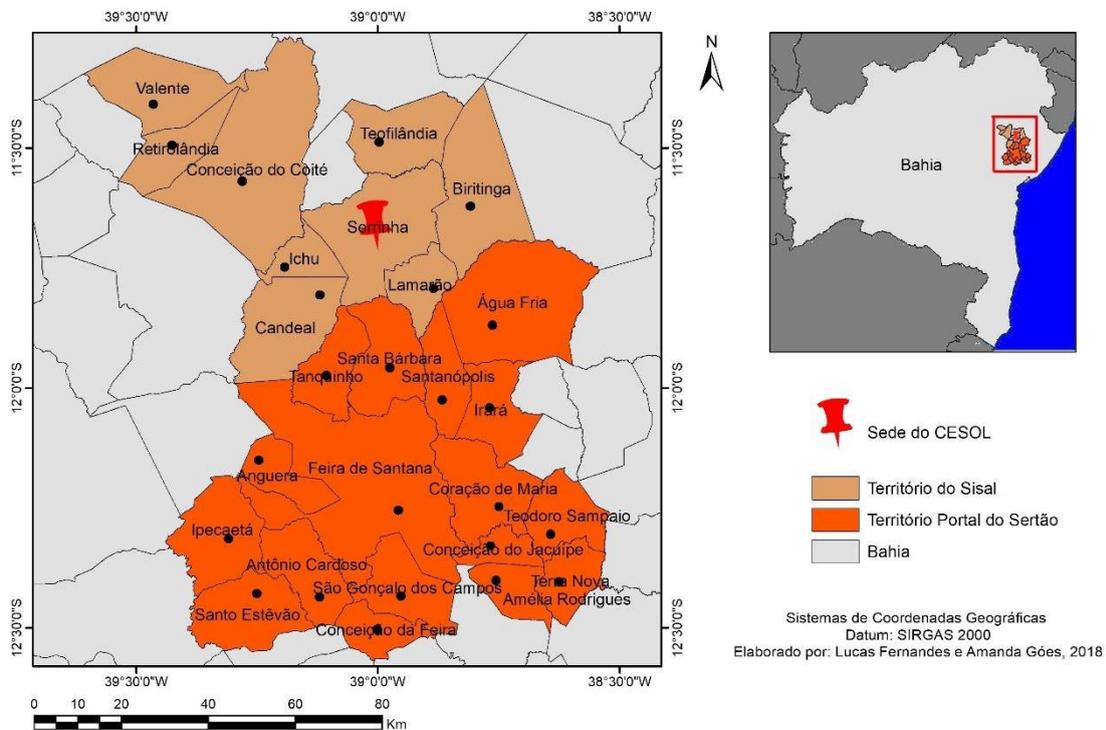
Os Centros Público de Economia Solidária (CESOL) foram implantadas em treze Territórios de Identidade, todavia, ao analisar os municípios que compõem cada Território, identificamos que as sedes do CESOL dos Territórios de Identidade Portal do Sertão e do Piemonte Norte de Itapicuru estão localizados em dois municípios do Território de Identidade do Sisal, Serrinha e Monte Santo respectivamente. Da mesma forma em que a sede do CESOL do Território Médio Rio de Contas, está no município de Gandu, o qual faz parte de outro Território, o Baixo Sul.

O CESOL apresenta cláusulas contratuais e metas a serem cumpridas, estas estão contidas no contrato de Gestão. Todas as atividades desenvolvidas e materializadas por meio do CESOL devem estar descritas em relatórios técnicos trimestral e anual, para fins de prestação de conta dos serviços executados, bem como fazer um balanço comparativo a partir das metas propostas e os resultados obtidos.

### CESOL - Portal do Sertão

O CESOL – Portal do Sertão abrange 17 municípios do Território de Identidade Portal do Sertão e nove municípios do Território de Identidade do Sisal. (Figura 03)

**Figura 03:** Área de abrangência do CESOL-Portão do Sertão.



O CESOL- Portão do Sertão é gerido pela Associação Central da Cidadania, organização social constituída em 2013 no município de Serrinha/BA e pelo governo do estado da Bahia por meio da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. Dentre os serviços ofertados por este, destacam-se os serviços de: capacitação, assistência técnica sócio produtiva, específica e gerencial, oficinas temáticas, assessoria para a organização de feiras e

exposições, promoção de acesso a máquinas e equipamentos, dentre outros. (CESOL PORTAL DO SERTÃO, 2016).

A unidade responsável pelo monitoramento, assessoria e avaliação das ações regidas no contrato de Gestão do Centro Público de economia solidária em questão, é a Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo – SESOL. Dentre as metas pactuadas para os anos de 2014/2015, destaca-se a construção do espaço físico e a oferta de oficinas temáticas (quadro 1). (BAHIA, 2015).

Vale ressaltar que as informações aqui expostas, estão contidas no segundo relatório técnico trimestral do CESOL-Portal do Sertão (PERÍODO DE 01/04/2015 A 30/06/2015), mas referem-se as metas estabelecidas no primeiro trimestre que não foram cumpridas no prazo, devido ao atraso do recurso financeiro para a execução das atividades. (BAHIA, 2015).

O contrato de gestão (nº 036/2014) que contém as metas citadas acima, entrou em vigor a partir de 12/12/2014 até 11/12/2016 (BAHIA, 2015). Contudo, somente em agosto de 2016, o espaço físico da sede do CESOL – Portal do Sertão fora inaugurada no município de Serrinha no Território de Identidade do Sisal.

**Quadro 1:** Comparativo entre as metas pactuadas e os resultados alcançados pelo CESOL – Portal do Sertão no primeiro trimestre de atividade.

AÇÕES PREVISTAS	META PREVISTAS	METAS REALIZADAS
<b>Centro Público em condições físicas de funcionamento</b>	01	01
<b>Processos de trabalho em condições de operação</b>	01	01
<b>Diagnóstico de contexto realizado</b>	01	01
<b>Oficinas Temáticas</b>	01	03

**Fonte:** Adaptado (BAHIA, 2015).

Todas as metas previstas foram realizadas. Além da construção da sede do CESOL -

Portal do Sertão que é constituída,

(...) de uma área em torno de 130 m<sup>2</sup> para abrigar Recepção/Auxílio Administrativo, Espaço Solidário (loja e espaço de formação em comercialização), salas para assistência técnica, Sala de Coordenação, Sala de Coordenação Administrativa, Sala de Reunião, Sala para formação, com capacidade para 30 pessoas, e garagem. (BAHIA, 2015, p. 06).

Por meio dos processos de trabalho em condições de operação, foram recrutadas a equipe técnica de trabalho. (BAHIA, 2015). No entanto, não é esclarecido como deu-se a contratação dessa equipe. O diagnóstico de contexto realizado refere-se elaboração de um relatório sobre as condições econômicas, sociais e produtivas dos territórios que fazem parte do CESOL em questão.

A proposta inicial foi a oferta de uma oficina temática, todavia, foram realizadas três, superando a meta estabelecida. Duas das oficinas aconteceram no Território Portal do Sertão e uma no Território do Sisal. Todavia, não especificam qual o tema da oficina, municípios que as sediaram e quantidade de participantes.

Dessa forma, a partir da análise da prestação de contas por meio do relatório técnico, nota-se que muitas informações carecem de mais detalhes e clareza, no que tange as ações desenvolvidas pelo CESOL – Portal do Sertão.

O público alvo das ações são as cooperativas, grupos de produção (formais e informais), ou clubes de troca em artesanato, agricultura familiar, culinária e outros bens e serviços. (CESOL, 2016). A seleção dos grupos para a participação das ações do Centro Público de Economia Solidária dá-se por meio de critérios estabelecidos através de reuniões com entidades representativas dos dois territórios (Sisal e Portal do Sertão), todavia, não tivemos acesso a esses critérios nem aos nomes das entidades por ele citadas.

O CESOL – Portal do Sertão atua na oferta da formação gerencial e política, assistência técnica, realização de oficinas temáticas sobre técnicas de produção, comercialização de produtos e principalmente a valorização das potencialidades locais, como a produção de polpas frutas de umbu, goiaba e manga, temperos, sequilhos, artesanato de palha, barro e da fibra do

sisal. Outra atividade executada pelo CESOL é a assessoria na organização de feiras e exposições para venda e divulgação do que é produzido nos empreendimentos de economia solidária.

Tendo em vista que as redes sociais são formadas por grupos marginalizados na sociedade em busca de um objetivo em comum, o CESOL atua de forma direta com esses grupos, associações, cooperativas e outras organizações coletivas, possibilitando a melhoria dos produtos, através de assistência técnica, gerencial, política e sobretudo, instruindo-os como comercializar e divulgar melhor o que é produzido, sempre valorizando as potencialidades do lugar.

### **Considerações finais**

A partir de 2003 uma série de ações voltadas a Economia Solidária surgem no Brasil e conseqüentemente na Bahia, como a criação Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a Superintendência de Economia Solidária (SESOL) e os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no Estado da Bahia.

O fomento a Economia Solidária partir dessas políticas, gerou de fato uma mudança significativa no que tange aos empreendimentos de economia solidária, pois, estas passaram a receber investimentos por parte do Estado, além de serem asseguradas por uma base legal.

O CESOL atua de forma direta com as redes sociais (associações, cooperativas, grupos de produção e outras organizações coletivas), pois atua disponibilizando assistência técnica, gerencial e produtiva a estes grupos, formação referente ao manuseio de máquinas, formas de gestão e comercialização, bem como a importância da valorização das potencialidades locais e geração de trabalho e renda.

## Referências

BAHIA. Lei nº 11.362, 26 de janeiro de 2009. **Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, e dá outras providências.** Casa Civil Legislação Estadual. 2015.

Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.

BAHIA. Secretaria de Trabalho, emprego, renda e transporte. **2º RELATÓRIO TÉCNICO TRIMESTRAL PERÍODO DE 01/04/2015 A 30/06/2015 (CESOL PORTAL DO SERTÃO).** Salvador, 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.148 de 08 de agosto de 2011. **Dispõe sobre a Regulamentação da Lei nº 11.362, de 26 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.**

Disponível em: [http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/EconomiaSolidaria/Legislacao/Decreto13148\\_2011\\_RegulamentaaLei11362\\_2009](http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/EconomiaSolidaria/Legislacao/Decreto13148_2011_RegulamentaaLei11362_2009). Acesso em: 10 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.368 de 13 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária Portal Casa Civil Legislação Estadual.** 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BONETI, L. **Políticas Públicas: Por Dentro.** Ijuí. UNIJUÍ, 2007.

CESOL PORTAL DO SERTÃO. 01 de fevereiro de 2016. Post do facebook.

Disponível em: <https://www.facebook.com/cesolportaldosertao/photos/pcb.980998511936017/980997425269459/?type=3&theater>. Acesso em 09 de junho de 2018.

CESOL. Território metropolitano de Salvador III. **CESOL Centro Público de Economia Solidária.** Disponível em: [http://cesol3.org.br/?page\\_id=611](http://cesol3.org.br/?page_id=611). Acesso em: 07/07/2018.

CUNHA, F. C. A. **Redes técnicas e poder: a “relevância” dos agentes relevantes.**

Geografia – v. 11, n. 2 - Jul/Dez. 2002.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização.** In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141- 162.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. **Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios.** Feira de Santana: Z ArteEditora, 2016. OLIVA, H.; REIS, T. A.; MEIRA, L. **Economia solidária no governo da Bahia,** IPEA, mercado de trabalho. 2009.

SETRE. **CESOL** Disponível..em:<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>

SINGER, P.; SOUZA, A. S. de. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais.** In: \_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30.

HOFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** In: CEDES, v.21 n.55, Campinas, 2001.